

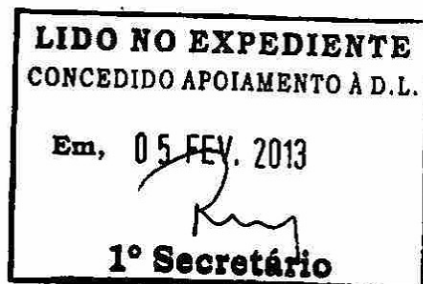


Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



PROJETO DE LEI Nº 05 /2013



ESTABELECE A POLÍTICA DE PROTEÇÃO AO IDOSO NOS CASOS E FORMAS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. Ficam estabelecidas, na forma desta Lei, normas de proteção e defesa da pessoa idosa contra atos discriminatórios e de violência ou maus-tratos a ela praticados no âmbito do Estado do Paraná.

Parágrafo único. De acordo com o Estatuto do Idoso, entende-se como idosa a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Art. 2º. Constituem discriminação ao idoso os seguintes procedimentos vedados por esta Lei, entre outros:

I - impedir, dificultar, obstar ou recusar a livre locomoção em estabelecimentos da Administração Direta ou Indireta e das concessionárias de serviços públicos;

II - impedir, dificultar, obstar ou restringir o acesso às dependências de bares, restaurantes, hotéis, cinemas, teatros, clubes, centros comerciais e similares;

III - fazer exigências específicas para a obtenção ou manutenção do emprego;

IV - induzir ou incitar à prática de atos discriminatórios;

V - veicular pelos meios de comunicação de massa, mídia eletrônica ou publicação de qualquer natureza a discriminação ou o preconceito;

VI - praticar qualquer ato relacionado à condição pessoal que cause constrangimento;

VII - ofender a honra ou a integridade física.

§ 1º Incide nas discriminações previstas nos incisos I e II a alegação da existência de barreiras arquitetônicas



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



para negar, dificultar ou restringir atendimento ou serviço às pessoas protegidas por esta Lei.

§ 2º A ausência de atendimento preferencial ao idoso constitui prática discriminatória abarcada nos incisos VI e VII deste artigo.

§ 3º A prática dos atos dispostos no artigo 2º desta lei acarretará ao infrator a pena de multa a ser aplicada, correspondendo ao valor monetário equivalente a 3.000 UPF/PR (Unidades Padrão Fiscal do Estado do Paraná).

§ 4º O Poder Público Estadual desenvolverá ações de cunho educativo e de combate à discriminação relativa à pessoa idosa, nos serviços públicos e demais atividades exercidas no Estado, conforme o disposto no artigo 204, inciso I, da Constituição Federal e demais normas da legislação federal pertinente.

§ 5º Fundamenta-se no princípio de proteção à velhice a organização da prestação dos serviços de assistência social no Estado, fornecida em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Art. 3º. É obrigatória a notificação compulsória de violência ou maus-tratos a pessoas idosas pelos estabelecimentos de saúde localizados no Estado do Paraná.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se:



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



I - violência a ação ou conduta que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico a uma pessoa, ocorrida em âmbito público ou doméstico;

II - violência física a agressão ao corpo da vítima pelo uso da força do agressor, com ou sem o uso de instrumentos, como, entre outros, armas brancas ou de fogo, nela provocando morte ou queimadura, corte, perfuração, edema ou outras sequelas;

III - violência sexual a situação em que a vítima é obrigada pelo agressor a manter relação sexual ou a praticar ato libidinoso, ou é objeto de comércio para fins de exploração sexual;

IV - violência psicológica a coação verbal ou o constrangimento que implique situação vexatória, humilhante, desrespeitosa ou desumana para a vítima.

§ 2º Os casos de violência são considerados de âmbito:

I - doméstico, quando ocorridos em família, em unidade doméstica ou qualquer outro ambiente, desde que o agressor conviva ou tenha convivido no mesmo domicílio que a vítima;

II - público:



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



- a) quando praticados por pessoa que não se enquadre nas situações descritas no inciso I deste artigo;
- b) quando praticados por agentes do poder público ou por estes tolerados, independentemente do local de ocorrência do fato.

§ 3º A notificação será emitida por médico e responsável pelo estabelecimento de saúde, devendo este encaminhá-la à delegacia do distrito policial competente, bem como ao Ministério Público do Estado do Paraná e para a Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Paraná - SEJU, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

§ 4º Os dados constantes em arquivo de violência serão confidenciais e somente poderão ser fornecidos:

I - ao denunciante, à vítima ou ao acompanhante desta, devidamente identificada, mediante solicitação por escrito;

II - à autoridade policial ou judiciária, mediante solicitação oficial;

III - à Secretaria da Justiça e da Cidadania do Estado do Paraná - SEJU, encaminhados em boletim semestral, para elaboração e divulgação, por este órgão, de estatísticas semestrais relativas à violência contra o idoso;



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



§ 5º O descumprimento ao disposto neste artigo acarretará as seguintes penalidades aos estabelecimentos privados:

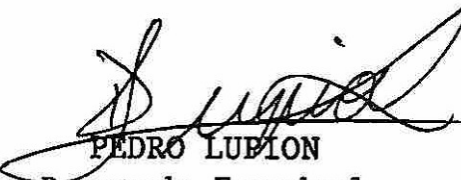
I - na primeira ocorrência, advertência confidencial, sendo exigida a comprovação, no prazo de trinta dias, da habilitação de seus recursos humanos em registro de violência;

II - no caso de persistir a irregularidade ou descumprimento do prazo estabelecido no inciso I, será aplicada ao estabelecimento privado a multa de 3.000 UPF/PR (Unidades Padrão Fiscal do Estado do Paraná).

III - multa, prevista no inciso II, a ser cobrada do estabelecimento privado em dobro nas reincidências subsequentes.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 04 de fevereiro de 2013.


PEDRO LUPION
Deputado Estadual



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



JUSTIFICATIVA

A prática de atos discriminatórios contra pessoas idosas, em algumas ocasiões e de diversas formas, afronta a sua dignidade como ser humano, especialmente quando as submete a situações vexatórias e humilhantes.

Em certos casos, sobretudo em virtude da fragilidade física de muitas delas, também se sujeitam a violência e maus-tratos, tais como ocorre com mulheres, portadores de deficiência, crianças e adolescentes, seres que, em boa parte das vezes, ficam inertes e indefesos diante das condutas agressivas de pessoas covardes e sem escrúpulos e senso humanitário.

As agressões e mau tratamento cometidos contra criaturas mais frágeis não são apenas de ordem física, mas também psicológica e moral, provocando, nas vítimas, traumas indelévels, aviltando-as em sua dignidade e cidadania e deformando a sua personalidade.

Os estabelecimentos de saúde, com certa frequência, se deparam com este doloroso quadro, quando fornecem assistência médica a essas indefesas vítimas, cuja situação choca os profissionais que as atendem, os quais se acostumam e se sentem impotentes ante ela, sem ter uma ideia precisa de que essa violência representa uma séria questão de saúde pública, necessitando ser coibida e reduzida.

A sociedade brasileira, inclusive a paranaense, vem paulatinamente, nos últimos anos, impondo regras de conduta social para coibir o desrespeito à dignidade da



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



pessoa idosa, mediante a promulgação de inúmeras leis em defesa desse público e lhes estendendo formas mais humanas de tratamento, em razão das necessidades específicas desse contingente de pessoas, que cresce em ritmo célere a cada ano em decorrência da maior longevidade da população.

O exemplo maior foi a sanção da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que instituiu o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas dessa faixa etária.

Acreditamos que esta proposta terá também um importante papel cultural, no sentido de divulgar e acelerar o respeito aos direitos das pessoas idosas e de eliminar e reduzir as atitudes preconceituosas que são dirigidas contra elas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL BERNARDO RIBAS CARLI



PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 005/2013

Projeto de Lei n.º 005/2013.

Autor: Deputado Pedro Lupion.

SÚMULA: Estabelece a política de proteção ao idoso nos casos e formas que menciona e dá outras providências.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA. IDOSO. LEI GERAL FEDERAL N.10.704/2003 (ESTATUTO DO IDOSO) DISCIPLINANDO O TEMA. POSSIBILIDADE LEGISLATIVA ESTADUAL EM FACE AO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL AO IDOSO. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE UNIÃO, ESTADO E DISTRITO FEDERAL. ART. 24, §§ 2º E 4º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. LEGISLAÇÃO SUPLEMENTAR. PARECER PELA APROVAÇÃO EM VIRTUDE DE CONSTITUCIONALIDADE.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pedro Lupion tem por finalidade estabelecer no âmbito do Estado do Paraná uma política de proteção ao idoso, nas formas descritas.



Para melhor estudo do feito, fora remetido cópia do projeto à Casa Civil do Poder Executivo, que em seguida o encaminhou ao Núcleo Jurídico da Administração na Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, emitindo parecer no sentido de que o projeto em análise não suplementa Legislação Federal que disciplina o assunto.

Nesta esteira, a seguir passa-se a manifestação desta Comissão de Constituição e Justiça.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada, senão vejamos:

“Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.”

Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL BERNARDO RIBAS CARLI



O projeto em questão fora submetido a análise do Núcleo Jurídico da Administração da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado do Paraná, que se manifestou pela ilegalidade da proposição em análise, em razão da existência de Lei Federal n. 10.741/03.

Data máxima vênua a manifestação governamental no sentido de ilegalidade do projeto em comento, apresentamos a seguir elementos constitucionais que sustentam a legalidade e constitucionalidade deste.

Entendemos que a análise realizada pelo órgão estatal, se fundou em uma perspectiva Kelsiana do sistema constitucional brasileiro, onde somente as normas constitucionais positivadas podem ser utilizadas como paradigma para análise da constitucionalidade de leis ou atos normativos estatais.

Na contramão do sustentado pelo Douto Procurador do Estado, fundamentamos a possibilidade de aprovação do projeto em análise, calcado no neoconstitucionalismo, que se trata de uma teoria voltada para realização do Estado Democrático de Direito obtido pela via da efetivação dos direitos fundamentais, dando ênfase no caráter transformador das constituições modernas, acreditando que com esta posição encontra-se um norte para orientação das mudanças sociais necessárias.

Tais fundamentos tem por objetivo maior ampliar a proteção dos tutelados constitucionalmente de forma a garantir e assegurar a real aplicabilidade e segurança na proteção dos direitos fundamentais.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL BERNARDO RIBAS CARLI



Dos ensinamentos de Macpherson: *"Só sobreviverão as sociedades que melhor possam satisfazer as exigências do próprio povo no que concerne à igualdade de direitos humanos e à possibilidade de todos os seus membros lograrem uma vida plenamente humana"*.

Assim, pelo neoconstitucionalismo, o Estado afasta o positivismo Kantiano em situações que o permitem fazer prevalecer a efetivação dos direitos fundamentais presentes na Constituição Federal.

Uma vez que o projeto em comento trata de proteção ao idoso, estamos diante de uma situação em que o idoso, pessoa humana que é, goza de todos os direitos fundamentais inerentes a essa qualidade, direitos estes que estão estampados em todo o nosso sistema jurídico, principalmente na Carta Magna, e agora também em seu Estatuto, que lhe assegura "proteção integral". Assim, visa assegurar-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade, dignidade e felicidade. Denota-se aqui o princípio magno que rege todos os dispositivos do Estatuto do Idoso: o princípio da proteção integral.

Pois bem, considerando que o projeto disciplina matéria que assegurara maior proteção ao idoso no âmbito Estadual, fazendo prevalecer o Princípio da Proteção Integral inerente às pessoas que são beneficiadas pela propositura em questão, não há de se falar de inconstitucionalidade material, nem mesmo formal.



Quanto análise à possibilidade de inconstitucionalidade formal, ensina-nos Gilmar Mendes que *"os vícios formais traduzem defeito de formação do ato normativo, pela inobservância de princípio de ordem técnica ou procedimental ou pela violação de regras de competência"*, ainda, no mesmo sentido, Paulo Bonavides explica sobre o controle formal:

"Confere ao órgão que o exerce a competência de examinar se as leis foram elaboradas de conformidade com a Constituição, se houve correta observância das formas estatuídas, se a regra normativa não fere uma competência deferida constitucionalmente a um dos poderes, enfim, se a obra do legislador ordinário não contravém preceitos constitucionais pertinentes à organização técnica dos poderes ou às relações horizontais e verticais desses poderes, bem como dos ordenamentos estatais respectivos, como sói acontecer nos sistemas de organização federativa do Estado."

Conforme disposto em artigo 24, §§ 2º e 4º da Constituição Federal, não fica o Estado excluído da possibilidade de legislar acerca da proteção ao idoso, caso lei estadual não contrarie norma federal, assim vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

(...)



§ 4º - A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário."

Constituição da República Federativa do Brasil

Conforme se nota, não há de se falar em inconstitucionalidade formal do projeto em análise.

Em se tratando de inconstitucionalidade material, ainda é prudente apresentar o ensinamento de Gilmar Mendes:

"A inconstitucionalidade material envolve, porém, não só o contraste direto do ato legislativo com o parâmetro constitucional, mas também a aferição do desvio de poder ou do excesso de poder legislativo.

É possível que o vício de inconstitucionalidade substancial decorrente do excesso de poder legislativo constitua um dos mais tormentosos temas do controle de constitucionalidade hodierno. Cuida-se de aferir a compatibilidade da lei com os fins constitucionalmente previstos ou de constatar a observância do princípio da proporcionalidade, isto é, de se proceder à censura sobre a adequação e a necessidade do ato legislativo".

Destarte, a inconstitucionalidade material se dá quando a norma vai contra os parâmetros explícitos da Constituição ou contra as vertentes do princípio da proporcionalidade (adequação e necessidade), que não é o caso, uma vez que em se tratando de proporcionalidade aplicada ao binômio adequação e necessidade, ainda, em razão do princípio da proteção integral



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL BERNARDO RIBAS CARLI



aos idosos, cabe ao Legislativo tratar de matéria pertinente ao tema, desde que não seja contrária a legislação federal, o que é o caso.

Assim, diante de todo o exposto, não está o projeto analisado viciado de nenhum impecílio que possa frustrar seu prosseguimento, motivo pelo qual esta Comissão se manifesta pelo prosseguimento do feito e sua consequente aprovação.

Por fim, analisando o projeto quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto em Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, em sede de parecer, opina-se **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**.

Curitiba, 09 Abril de 2013.

NELSON JUSTUS
Presidente

EVANDRO JÚNIOR
Supl. Relator (02/04/13)

APROVADO

Bernardo Carli Relator
09/04/13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO
ADOLESCENTE E DO IDOSO**

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 005/2013

Projeto de Lei nº 005/2013

Autor: Deputado Pedro Lupion

**Súmula: Estabelece a Política de Proteção
ao Idoso nos casos e formas que menciona
e dá outras providências.**

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Pedro Lupion, visa estabelecer a Política de Proteção ao Idoso nos casos e formas que menciona e dá outras providências.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso, em consonância ao disposto no artigo 33-V, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar o mérito das proposições:

Art. 33 – V. Compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso:

I - debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas para as crianças, adolescentes e idoso.

II – analisar medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de programas destinados às crianças, adolescentes e idosos, e:

III – manifestar-se em proposições relativas aos interesses e direitos das crianças e dos idosos incluindo todas as matérias relacionadas às políticas públicas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



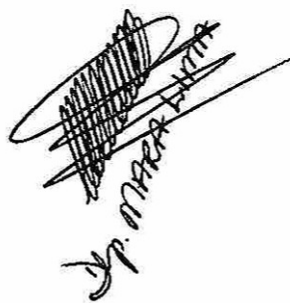
O Projeto de Lei em exame recebeu parecer favorável na douda Comissão de Constituição e Justiça pelo deputado Evandro Junior, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Chamada esta Comissão a opinar, verifica-se o grande alcance que a proposição apresenta, pois estabelece normas de proteção e defesa da pessoa idosa contra atos discriminatórios e de violência ou maus-tratos a elas praticados. A busca pela sociedade em respeito à dignidade da pessoa idosa, mediante a promulgação de diversas leis em defesa destes cidadãos, demonstram o interesse em eliminar e reduzir as atitudes preconceituosas e negativas que são dirigidas contra os idosos em nosso país.

CONCLUSÃO

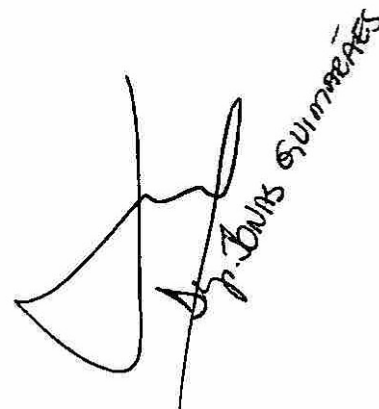
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei que visa estabelecer a **Política de Proteção ao Idoso no Estado do Paraná**.

Sala das Comissões, 07 de maio de 2013.


Dep. Marcos Lima


DEPUTADA ROSE LITRO
PRESIDENTE


DEPUTADO WILSON QUINTERO
RELATOR


Dep. Luis Guimarães



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA - CDHC

PROJETO DE LEI 5/2013

AUTOR: DEPUTADO PEDRO LUPION

RELATOR: DEPUTADO WALDYR PUGLIESI

Súmula: Estabelece a política de proteção ao idoso nos casos e formas que menciona e dá outras providências.

Preâmbulo:

O presente Projeto de Lei, da lavra do Deputado Estadual Pedro Lupion, visa estabelecer a Política de Proteção ao Idoso nos casos e formas que menciona e dá outras providências.

Fundamentação:

A iniciativa fundamenta-se nos princípios da dignidade da pessoa humana, tendo como escopo a proteção à velhice, onde visa coibir as agressões e maus-tratos cometidos contra as pessoas mais frágeis.

Desta forma, vê-se que existe interesse na proposição em proteger o interesse dos cidadãos paranaenses idosos, que sofrem as mais variadas violências, tanto física, psíquica e moral.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury




Diante da competência desta Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, prevista no artigo 33-U do Regimento Interno desta Casa, existe compatibilidade com a presente proposição.

Desta forma, opina-se pela aprovação do **Projeto de Lei nº. 5/2013.**

Sala das Comissões, ~~23~~ 29 de maio de 2013.


Deputado Tadeu Veneri
Presidente


Deputado Waldyr Pugliesi
Relator


WILSON QUINTeiro


NEY LEPREVOST



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria de Assistência ao Plenário



Emenda de Plenário nº	01
DAP	29 OUT. 2013
Visto	Claudia

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 5/2013

Nos termos do art. 137, § 4º, do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do inciso III e do § 4º, ambos do art. 2º, do Projeto de Lei nº 5/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

“III - discriminar e fixar limite máximo de idade, inclusive para concursos, na admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego, ressalvados os casos em que a natureza do cargo exigir;”

“§ 4º O Poder Público Estadual desenvolverá ações de cunho educativo e de combate à discriminação relativa à pessoa idosa, nos serviços públicos e demais atividades exercidas no Estado, conforme o disposto no art. 204, inciso I, da Constituição Federal e demais normas da legislação pertinente.”

Palácio Dezenove de Dezembro, em 29 de outubro de 2013.

14:45 29/10/2013 009334 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

NEISON WELSEN
Francisco Buitera
Deputado PEDRO LUPION
ALCINO RIBEIRO
JUSTIFICATIVA
TERCÍLIO TURINI
FERNANDO SCARAVAJA

Sugere-se a presente emenda a fim de esclarecer, melhor definir e delimitar o teor da proposta original.



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PARECER À EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 05/2013

Projeto de Lei n.º 05/2013

Emenda Modificativa apresentada em Plenário

SÚMULA: Estabelece a Política de Proteção ao Idoso nos casos e formas que menciona e dá outras providências.

EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 141 E 137, §4º REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA MODIFICATIVA.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Pedro Lupion, tem por objetivo estabelecer a Política de proteção ao idoso nos casos e formas que menciona e dá outras providências.

Ocorre que, em data de 29 de outubro de 2013, o ora projeto de lei recebeu Emenda Modificativa de Plenário em segunda discussão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade,



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

- I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;
- II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento.

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que a emenda está de acordo com a técnica legislativa utilizada, bem como não descaracteriza a essência da proposição, opina-se pela APROVAÇÃO da Emenda Modificativa de Plenário.

Sala das Comissões, 12 de Novembro de 2013.

[Assinatura]
NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

[Assinatura]
BERNARDO RIBAS CARLI
RELATOR

[Assinatura]
APROVADO
12.11.13

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL BERNARDO RIBAS CARLI
PRAÇA NOSSA SENHORA DE SALETE, 5/N.º, GABINETE 802, CENTRO CÍVICO, 80530-911, CURITIBA, PR - FONE 3142360-4298

[Assinatura]
Dep. Laurion

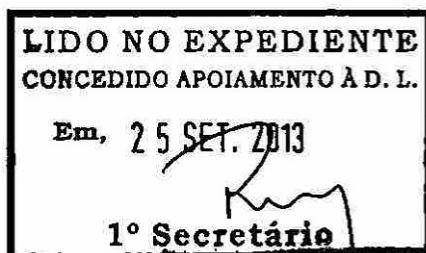
[Assinatura]
Dep. Tarciso
[Assinatura]
Dep. Zaccaria
[Assinatura]
Dep. Pastor
3



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PROJETO DE LEI Nº 455/13



Súmula: Institui no Calendário de Eventos do Estado do Paraná a Festa de Nossa Senhora da Salette, realizada anualmente no dia 19 de setembro, no Município de Manoel Ribas.

Art. 1º Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Festa de Nossa Senhora da Salette, realizada anualmente no dia 19 de setembro, na Comunidade Barra de Santa Salette, situada no Município de Manoel Ribas, no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 24 de setembro de 2013.


TERCÍLIO TURINI
Deputado Estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei pretende instituir no Calendário de Eventos do Estado do Paraná a Festa de Nossa Senhora da Salette, realizada anualmente no dia 19 de setembro, na Comunidade Barra de Santa Salette, situada no Município de Manoel Ribas, no Estado do Paraná.

A Festa em comemoração ao dia de Nossa Senhora da Salette ocorre todos os anos, em 19 de setembro, data da aparição de Nossa Senhora às duas crianças Maximínio e Melânia, em uma aldeia das montanhas dos Alpes, no ano de 1846, na França.

O Santuário da Barra Santa Salette fica num lugar privilegiado, dentro do Município de Manoel Ribas, cercado de verdes montes e pelo rio Jacutinga. A história do Santuário é recente, sendo que no dia 8 de dezembro de 1955, o então bispo da Prelazia do Iguaçu, Dom Manoel Koerner, criava o "Curato Vaca Gorda", desmembrado da atual Paróquia de Manoel Ribas e anos depois, em 22 de maio de 1977, inaugurada a atual matriz.

Dom Giovanni Zerbini indicou a Barra Santa Salette como um dos quatro lugares de peregrinação na diocese para o Ano Santo de 2000. Sendo assim, a matriz tornou-se Santuário diocesano com indulgências pela visita da Igreja ou da Capela de Nossa Senhora da Salette no alto do Morro. O local é visitado por muitos peregrinos durante o ano todo, em especial, no mês de setembro.

Diante do exposto, e devido a importância da presente proposta, pedimos o seu devido apoio e a sua consequente aprovação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
GABINETE PARLAMENTAR DEPUTADO PEDRO LUPION
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Lei nº 455/2013, de autoria do Deputado Estadual TERCÍLIO TURINI, que *INSTITUI NO CALENDÁRIO DE EVENTOS DO ESTADO DO PARANÁ A FESTA DA NOSSA SENHORA DA SALETTE, REALIZADA ANUALMENTE NO DIA 19 DE SETEMBRO, NO MUNICÍPIO DE MANOEL RIBAS.*

I - RELATÓRIO

Veio a essa Comissão de Constituição e Justiça, nos termos regimentais, o Projeto de Lei (PL) nº 455/2013, de autoria do nobre Deputado Estadual TERCÍLIO TURINI que *Institui no calendário de eventos do estado do Paraná a festa da Nossa Senhora da Salette, realizada anualmente no dia 19 de setembro, no município de Manoel Ribas.*

É O RELATÓRIO.



II – DO VOTO

Conforme venho reiteradamente afirmando nos pareceres por mim exarados nesta Comissão de Constituição e Justiça¹, ao interpretar a sua competência regimental², o controle de Constitucionalidade preventivo por ela realizado não fica restrito somente em seus aspectos formais³, mas também materiais⁴ a luz da Constituição Estadual, Constituição Federal e do ordenamento jurídico em um modo geral.

Esta análise se presta justamente para se evitar a introdução de Leis conflitantes em nosso ordenamento, evitando preventivamente qualquer conflito quer seja jurídico e/ou social e assim garantido a integridade do ordenamento jurídico.

Em relação a constitucionalidade formal, de início se verifica que o proponente detém legitimidade nos termos do artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, o qual menciona que qualquer membro da Assembleia Legislativa possui legitimidade para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, não havendo qualquer óbice.⁵

¹ A Comissão de Constituição e Justiça cumpre o papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal. Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: '*O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade*'. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª. Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 256)

² Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

³ A inconstitucionalidade em nível formal ocorrerá quando observar-se o oposto d'isto, podendo incluir não apenas vícios no procedimento em si, mas também vícios de competência, abrangendo normas criadas por pessoas sem legitimidade para legislar em função de óbice imposto pela Constituição Federal. Acerca do assunto V. Alexandrino, Marcelo. Paulo, Vicente. *Resumo de direito constitucional descomplicado*. 2. ed. São Paulo: Método, 2009. p. 300 e ainda, Cf. menciona Pedro LANZA, em relação a constitucionalidade/inconstitucionalidade formal: '*[...] a inconstitucionalidade formal propriamente dita decorre da inobservância do devido processo legislativo*'. (LANZA, Pedro. Op. cit. p. 252)

⁴ Em relação a constitucionalidade material V. LANZA, Pedro. Op. cit. p. 254, o qual menciona que: '*[...] o vício material (de conteúdo, substancial ou doutrinário) diz respeito à 'matéria', ao conteúdo do ato normativo. Assim, aquele ato normativo que afronta qualquer preceito ou princípio da Lei Maior deverá ser declarado inconstitucional, por possuir um vício material.*'

⁵ Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
GABINETE PARLAMENTAR DEPUTADO PEDRO LUPION
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



Ainda, a Constituição Federal dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Com efeito mencionar que a competência não é exclusiva do Poder Executivo, aquelas elencadas no artigo 66⁶ da Constituição Estadual, não havendo óbice neste tocante.

Por fim, quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

É O VOTO.

⁶ Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

§ 1º. O Governador do Estado pode solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

§ 2º. No caso do § 1º, se a Assembleia Legislativa não se manifestar em até quarenta e cinco dias sobre a proposição, será esta incluída na ordem do dia, suspendendo-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação.

§ 3º. O prazo do parágrafo anterior não flui no período de recesso da Assembleia Legislativa, nem se aplica aos projetos de código, leis orgânicas e estatutos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
GABINETE PARLAMENTAR DEPUTADO PEDRO LUPION
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, manifesto-me pela **APROVAÇÃO**, do Projeto de Lei nº 455/2013, de autoria do Deputado TERCÍLIO TURINI, considerando a **CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E REDAÇÃO JURÍDICA** da proposição.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2013.

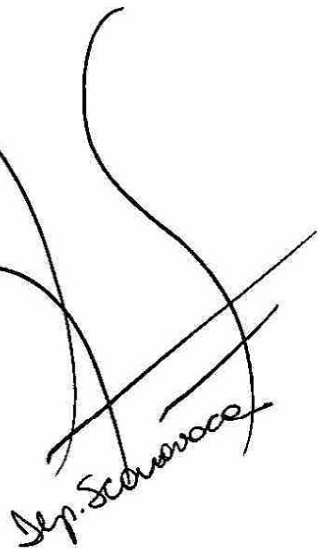

Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator

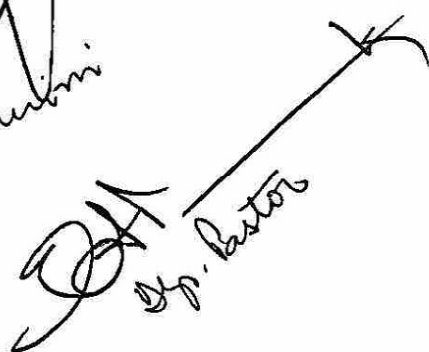

Dep. Todem


Dep. Carli


Dep. Hoiano


Dep. Schiavone


Dep. Turini

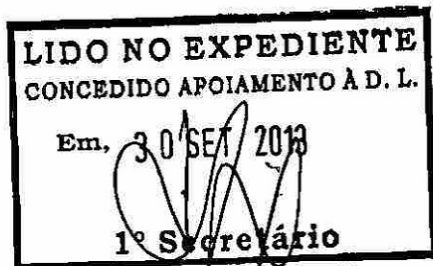

Dep. Pastor

APROVADO

12.11.13 



Projeto de Lei nº 468/13



Denomina “Rodovia da Moda” a PR-317 no município de Maringá.

Art. 1º - Denomina “Rodovia da Moda” a PR-317 no município de Maringá, o trecho que liga o polo de shoppings de atacado até o Aeroporto Regional de Maringá.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 2.013.


WILSON QUINTEIRO
Deputado Estadual – PSB



JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa denominar de **“Rodovia da Moda”** a PR-317, no trecho que liga o polo de shoppings de atacado do município até o Aeroporto Regional de Maringá.

Um dos maiores polos de confecção do país, Maringá se consolida como referência em shoppings atacadistas de moda.

Instalados às margens da rodovia PR-317, os shoppings de atacado provocaram mudanças na estruturação urbana da região oeste de Maringá. A área passou a receber vários investimentos públicos – como a Cidade Industrial de Maringá – e privados, incluindo o shopping Catuaí, inaugurado em 2010.

Maringá tem shoppings modernos, com um mix de lojas completo e uma infraestrutura de serviços que não existe em outros centros. Compradores ganham hospedagem em hotel e café da manhã como cortesia, tem o aeroporto a poucos metros de distância e outras facilidades que influenciam na escolha pela cidade.

Assim, solicitamos aos Pares desta Casa de Leis a aprovação da presente proposição que visa denominar de **“Rodovia da Moda”** a PR-317, no trecho que liga o polo de shoppings de atacado do município até o Aeroporto Regional de Maringá.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PARECER AO PROJETO DE LEI 468/2013

Projeto de Lei nº: 468/2013

Autor: Deputado Estadual Wilson Quinteiro

Súmula: Denomina "Rodovia da Moda" a PR – 317, no Município de Maringá.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIAS.
DENOMINAÇÃO DE VIADUTO.
NECESSIDADE DE AVERIGUAÇÃO DA
EXISTÊNCIA DE DENOMINAÇÃO PRÉ-
EXISTENTE. PARECER DO DER
INFORMANDO QUE O VIADUTO NÃO
POSSUI DENOMINAÇÃO.
CONSTITUCIONALIDADE.
APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Wilson Quinteiro, visa denominar a PR – 317, no trecho que liga o polo de shoppings de atacado até o Aeroporto, no Município de Maringá, como "Rodovia da Moda".



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



FUNDAMENTAÇÃO

Compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná determina a qualquer membro da Assembleia Legislativa a competência para propor Projetos de Lei Ordinárias e Complementares:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto a matéria da proposta, cabe ressaltar o artigo 238, do mesmo dispositivo constitucional, que veda a alteração de denominações do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos:



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da Administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município.

A Lei Estadual n.º 8761/88, da mesma forma, veda a alteração de nomes próprios públicos estaduais:

Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense.

De acordo com a resposta do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná, o referido trecho não possui denominação alguma, por isso nada impede que o Projeto de Lei 468/2013 prospere.

Dessa forma, diante da inexistência de denominação pré-existente, o presente Projeto de Lei não encontra óbices a sua tramitação.

Por fim, inexistem, ainda, óbices quanto a técnica legislativa conforme a Lei Complementar n.º 95/98.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini

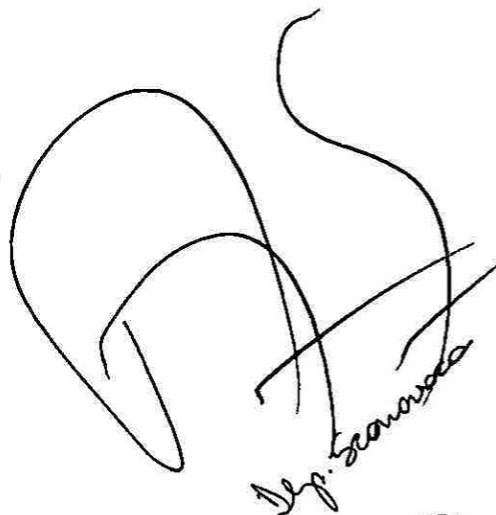


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do Presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Sessões em 12, novembro 2013


NELSON JUSTUS
Presidente


Dep. Scavarda


Dep. Coeli


TERCÍLIO TURINI
Relator

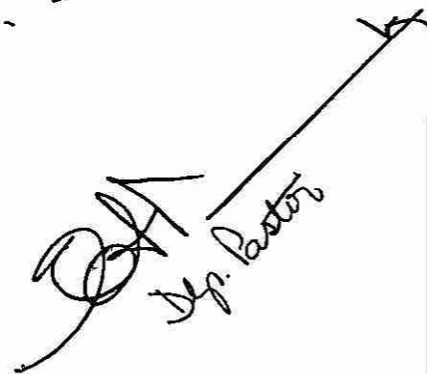

Dep. Fodden


Dep. Kerpion


Dep. Herlino


Dep. Aníbal


Dep. Curi


Dep. Pastor

APROVADO

12.11.13

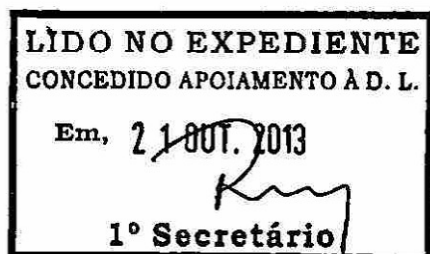


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



PROJETO DE LEI Nº 538/2013



Dispõe sobre a concessão e a manutenção do Título de Utilidade Pública a entidades no Estado do Paraná.

Art. 1º O Título de Utilidade Pública será concedido por Lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I - ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II - ter personalidade jurídica há mais de um ano;

III - ter finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto;

IV - não ter fins lucrativos, não distribuir lucros, bonificações, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos seus associados, fundadores ou mantenedores e ter o respectivo patrimônio aplicado na consecução do objetivo social;

V - gestão administrativa e patrimonial que garanta e preserve o interesse público;

VI - que em caso de dissolução, a destinação do patrimônio à entidade congênere ou ao Estado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



Art. 2º O processo de instrução do projeto de Lei de Utilidade Pública deve conter ainda:

I - certidão que ateste a regularidade da instituição junto à Receita Federal e Certidão Liberatória do Tribunal de Contas;

II - declaração do presidente da entidade atestando o recebimento ou não de verbas públicas e, em caso afirmativo, especificando o valor, a origem e a destinação dada;

III - declaração do autor do projeto de lei de que tem conhecimento das atividades e da relevância dos serviços prestados pela entidade a ser beneficiada com o Título de Utilidade Pública;

IV - relatório de atividades da entidade nos últimos doze meses, assinado pela diretoria da instituição, comprovando fim público de prestação de serviços úteis à coletividade;

V - ata da última assembleia geral e ata de posse da diretoria averbada no registro do ato constitutivo, contendo a qualificação completa da diretoria eleita;

VI - declaração do presidente da instituição, com firma reconhecida em cartório, atestando que os cargos de diretoria não são remunerados e que a instituição presta serviço de relevante interesse público.

Art. 3º A entidade com atuação na área de assistência social deve comprovar inscrição junto aos Conselhos Estadual e Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. As demais entidades devem apresentar o Título de Utilidade Pública Municipal ou a certidão de vigência da Lei Municipal.



Art. 4º Será revogada a Lei que concedeu o Título de Utilidade Pública da entidade que comprovadamente:

I - deixar de prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná dos recursos públicos recebidos, observando nessa prestação de contas que possui o Título de Utilidade Pública;

II - deixar de prestar ou se negar a prestar serviços compreendidos no respectivo objetivo social;

III - tiver baixado o respectivo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ junto à Receita Federal ou ter razão social diversa daquela registrada no CNPJ e no seu Estatuto;

IV - deixar de encaminhar os documentos atualizados à Assembleia Legislativa do Paraná para apensamento ao processo de declaração de Utilidade Pública, quando houver alteração do Estatuto Social.

Parágrafo único - Recebida a documentação de atualização do Estatuto Social da instituição declarada de Utilidade Pública e constatando-se a necessidade de alteração da Lei instituindo a honraria, o fato será comunicado à Comissão de Constituição e Justiça, que providenciará a alteração legal.

Art. 5º As entidades mantidas por outra instituição poderão requerer o título de Utilidade Pública desde que possuam personalidade jurídica própria, estatuto social, ou regimento interno vinculado ao estatuto de sua mantenedora e, ainda, balanço patrimonial, financeiro e relatório de atividades individualizados das de sua mantenedora, sem prejuízo da apresentação dos demais documentos necessários à aquisição do referido título.

Art. 6º Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



- I - as sociedades comerciais;
- II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;
- III - as instituições religiosas voltadas, exclusivamente, para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;
- IV - as organizações partidárias, inclusive suas fundações;
- V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;
- VI - as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras desde que não tenham certificado de benemerência;
- VII - as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;
- VIII - as fundações públicas;
- IX - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou fundação pública.

Art. 7º A cada cinco anos, contados da publicação desta Lei, as instituições declaradas de Utilidade Pública deverão solicitar à Assembleia Legislativa a manutenção do título de Utilidade Pública, através de Requerimento, acompanhado dos seguintes documentos:

- I - declaração, assinada pelo presidente da entidade, informando que o Estatuto Social anexado ao processo de concessão do Título de Utilidade Pública não sofreu alteração;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



II - atestado de pleno e regular funcionamento, em papel timbrado, com a nominata da diretoria atual, data do início e término da gestão, número do CNPJ e endereço da instituição, emitido por:

- a) Conselho Municipal de Assistência Social do Município em que a entidade está sediada, caso desenvolva ações na área de assistência social;
- b) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município em que a instituição está sediada, caso desenvolva ações na área da criança e do adolescente;
- c) Ministério Público, através da Curadoria das Fundações, mencionando que a Fundação teve suas contas aprovadas naquele órgão;
- d) nos demais casos, o atestado de pleno e regular funcionamento deve ser emitido pelo Prefeito Municipal ou pelo Juiz Diretor do Foro.

III - relatório de atividades e serviços relevantes prestados à coletividade do ano anterior ao da solicitação de que trata este artigo;

IV - declaração de que a entidade não tem fins lucrativos e que os membros da Diretoria não são remunerados.

Parágrafo único - Os documentos apresentados devem ser no original ou cópia autenticada, datados, no máximo, de sessenta dias antes do protocolo do Requerimento.

Art. 8º A Assembleia Legislativa do Paraná, através de Requerimento apresentado no protocolo geral, concederá Certidão de Vigência da Lei declarando instituição de Utilidade Pública somente para as entidades consideradas regulares nos termos desta Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Parágrafo único - Havendo pedido de Certidão de Vigência negado, o fato será comunicado à Comissão de Constituição e Justiça, que emitirá parecer e, caso necessário, apresentará o projeto de revogação da Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogada a Lei 16.888, de 1º de agosto de 2011.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2013.


Deputado **GATTO QUINTANA**
PRESIDENTE


Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR


Deputada **ROSE LITRO**
MEMBRO SUPLENTE


Deputado **TADEU VENERI**
MEMBRO


Deputado **TERCÍLIO TURINI**
MEMBRO


Deputado **ANDRÉ BUENO**
MEMBRO



Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

A concessão do Título Honorífico de Utilidade Pública permite que as instituições privadas, sem fins lucrativos, recebam recursos públicos na execução das respectivas atividades descritas em seus atos constitutivos.

Tal possibilidade, criada pelo direito francês, sempre foi encarada com seriedade, considerando a prestação desinteressada de serviços nos mesmos moldes em que seriam prestados pela Administração Pública. Esse é o verdadeiro espírito da colaboração da iniciativa privada com os entes públicos.

A Comissão Especial constituída para averiguar e relacionar o número de associações assim intituladas foi constituída pelo Ato nº 19/2013 do Presidente desta Assembleia e desde logo observou a necessidade de revisão do texto legal que regulamenta a matéria. Ainda, com a análise das cinco mil, oitocentas e sessenta e quatro Leis existentes sobre o tema, observou-se no Estado a falha de critérios para averiguação dos processos, gerando falta de sistematização e de norma legal mais clara.

Assim, a Comissão Especial entende ser imprescindível o rigor na avaliação para a concessão do Título de Utilidade Pública diante da relevância social e econômica dos trabalhos desenvolvidos, pelo que se pede apoio para a aprovação do presente.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2013.

SECRETARIA DE

ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para impressão

Lei 16888 - 01 de Agosto de 2011

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 8519 de 1 de Agosto de 2011

Súmula: Dispõe sobre os requisitos a serem seguidos para a declaração de utilidade pública e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- ☐ **I** – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;
 - II** – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;
 - III** – que a entidade não tenha fins lucrativos e em seu estatuto social conste sua natureza jurídica, sua finalidade, sua missão, seus objetivos e que não distribui lucros, excedentes operacionais, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do respectivo objetivo social;
 - IV** – que acoste declaração, reconhecida em cartório, de que seus membros não são remunerados e que os serviços que prestam são de relevante interesse público;
 - V** – que conste em seu estatuto gestão administrativa e patrimonial que garantam e preservem o interesse público e em caso de dissolução e devida destinação do patrimônio a entidade sem fins lucrativos;
 - ☐ **VI** – que conste documento contábil que ateste a regularidade da instituição junto à Receita Federal e certidão do Tribunal de Contas do Paraná, quando for o caso.
 - VII** – declaração do presidente da entidade quanto ao recebimento presente ou passado de repasse de recursos públicos sejam eles municipais, estaduais, federais ou de entes internacionais.
- § 1º** As entidades de cunho de assistência social, deverão comprovar a inscrição junto ao Conselho Municipal de Assistência Social ou Conselho Estadual de Assistência Social.
- § 2º** As demais entidades deverão apresentar declaração de órgão público municipal, na pessoa de seu titular, que prestam serviço relevante à comunidade local e qual sua área de atuação, exceto quando já tenham título de utilidade pública municipal.
- Art. 2º** O autor do projeto de lei, deverá declarar que tem conhecimento das atividades e da relevância dos serviços prestados pela entidade, a qual propõe a declaração de utilidade pública.
- Art. 3º** As entidades que pleiteiam a declaração de utilidade pública deverão apresentar relatórios consubstanciados das atividades que realizaram no último ano que antecede a data do pedido perante a Assembleia Legislativa, com assinaturas dos membros da diretoria.
- Art. 4º** Será cassada a declaração de utilidade pública da entidade que comprovadamente:



I – deixar de prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná dos recursos recebidos, no último ano, sendo que aquele órgão comunicará a Assembleia Legislativa o não cumprimento da norma, sem motivo justificado;

II – deixar ou se negar a prestar os serviços compreendidos nos fins estatutários para a qual foi constituída.

Art. 5º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogada a Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 01 de agosto de 2011.

Flávio Arns
Governador do Estado, em exercício

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social

Durval Amaral
Chefe da Casa Civil

Luiz Eduardo Cheida
Deputado Estadual

AJB/Prot.nº 11.132.304-6

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 538/2013

Projeto de Lei nº 538/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Rose Litro e Tercílio Turini.

Súmula: DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO E A MANUTENÇÃO DO TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA A ENTIDADES NO ESTADO DO PARANÁ.

EMENTA: TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA. ESTABELECE REQUISITOS NOVOS PARA A CONCESSÃO. REVOGA LEI 16.888/2011. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA. ART. 65 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E ART. 124 REGIMENTO INTERNO. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Rose Litro e Tercílio Turini, tem por objetivo dispor sobre a concessão e a manutenção do Título de Utilidade Pública a entidades no Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



1

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I- Emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Atualmente, a concessão do Título de Utilidade Pública é feita por meio da Lei 16.888 de 01/08/2011, porém para dar melhor aplicabilidade para concessão de Utilidade Pública, os parlamentares propõem o presente projeto apresentando várias alterações a fim de evitar a banalização do referido título.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



De acordo com a justificativa do presente projeto de lei, entende-se que é necessário "a revisão do texto legal que regulamenta a matéria, pois se observou no Estado a falha de critérios para a averiguação dos processos, gerando falta de sistematização e de norma legal mais clara" (fl. 08).

Amparando o entendimento acima mencionado, a Constituição Estadual do Paraná, em seu artigo 65, especifica:

Art. 65- A iniciativa das Leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador- Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

No que tange a admissibilidade do projeto em tela, o mesmo deve corresponder ao Artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná, que trás a seguinte redação:

Art. 124- A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar ao seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.


CONCLUSÃO

Diante do exposto, **opina-se pela**
APROVAÇÃO do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 2013.

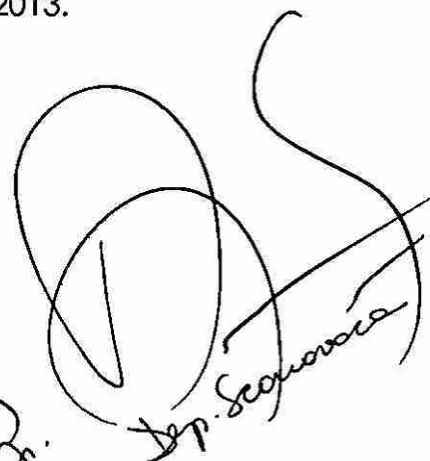

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE




DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
RELATOR



Dep. Geronzi
Dep. Carli


Dep. Thais


Dep. Scaramia



Dep. Amorim
Dep. Figueiredo

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

PROVADO

12.11.13



PROJETO DE LEI 569/13

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Súmula: Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado, conforme específica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica aprovado um crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior igual importância proveniente de Superávit Financeiro apurado na fonte 250 – Diretamente Arrecadados, no exercício de 2012.

Art. 3º Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 29 de outubro de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

I SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O I					Fl. 01	I
I DE DESPESA		ANEXO à LEI Nº					R\$ 1,00	I

I	I	I Natureza I		I I I I			I	I
I Cód. I	I	I da I		I Fonte I Gr I		Valor	I Proc	I
I I	I	I Despesa I		I Fnte I I			I COP	I

I 6900 I	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS		I	I	I I I I		I	I
I I	HÍDRICOS		I	I	I I I I		I	I
I I			I	I	I I I I		I	I
I 6931 I	INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ - IAP		I	I	I I I I		I	I
I 4283 I	INFRAESTRUTURA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO		I 45906100	I 250	I 95 I L I	3.500.000	I 1360	I

T o t a l						I	3.500.000	I

I ACRÉSCIMO		A N E X O I I			Fl. 02		I
I DA RECEITA DESCENTRALIZADA		ANEXO à LEI Nº			R\$ 1,00		I
I		I			I		I
I	Código	I	Especificação	I	Fonte	I Gr. I	I
I	I	I	I	I	I	IFONTEI	I
I SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS		I	I	I	I	I	I
I HÍDRICOS		I	I	I	I	I	I
I 6931 I INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ - IAP		I	I	I	I	I	I
I 1990.05.50 I Saldos de Exercícios Anteriores		I	250	I	95	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I	I	I	I	I
I		I	I				

MENSAGEM

Nº 148 /2013

Curitiba, 29 de outubro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 04 NOV. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 04/11/13

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva a aprovação de um crédito especial no valor de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), ao vigente orçamento do Instituto Ambiental do Paraná – IAP, vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, com a abertura do Grupo de Natureza de Despesa - Inversões Financeiras - na dotação orçamentária 6931.18541144.283 – Infraestrutura das Unidades de Conservação, aprovada pela Lei 17.398, de 18 de dezembro de 2012, o qual será destinado para atender despesas com desapropriação de terreno para implantação do Parque Estadual Vitório Piassa no município de Pato Branco.

Esclareço, também, que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de superávit financeiro apurado na Fonte 250 – Diretamente Arrecadados, no exercício de 2012.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 12.181.472-2



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 569/2013

Projeto de Lei nº. 569/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 148/2013

Súmula: Aprova crédito especial alterando o vigente Orçamento Geral do Estado, conforme especifica.

EMENTA: APROVA CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 3.500.000,00 AO ORÇAMENTO DO INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ – IAP. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 24 CF. ARTS. 65, 133 E 134 DA CE. ARTS. 40, 41, 42 43 E 46 DA LEI FEDERAL 4.320/64. ART. 14 LC 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 148/2013, tem como objetivo aprovar a abertura de crédito especial, conforme previsto na Lei nº 17.398/2012, a qual estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2013, no valor de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade,

juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Com efeito, a Constituição Federal em seu artigo 24, inciso II estabelece:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

II - orçamento;

Além disso, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa.

O projeto de lei ora em tela, que objetiva aprovar a abertura de crédito especial, nos termos do artigo 41, inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 1964:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

(...)

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível.

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira pela Lei 17.398/2012.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, 05 de novembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR

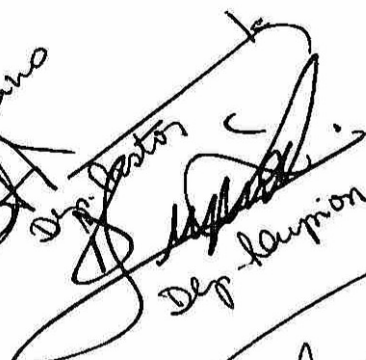

Dep. Seguradora


Dep. Carlos

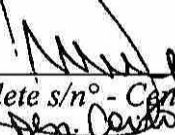


Dep. Príncipe
APROVADO
05/11/13


Dep. Durini


Dep. Traiano


Dep. Pastor
Dep. Laupion

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Carlos

Dep. Neres


Dep. Tadeu
6



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 569/13

RELATÓRIO

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 148/13, que objetiva aprovar crédito especial, no valor de R\$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), ao vigente orçamento do Instituto Ambiental do Paraná – IAP, vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, destinado a atender despesas com a desapropriação de terreno para implantação do Parque Estadual Vitorino Piassa no Município de Pato Branco.

Inicialmente denota-se que a proposta foi encaminhada a douda Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi, exarou o competente parecer favorável, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais, e de técnica legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

Procedida à análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que a iniciativa objetiva atender despesas com a desapropriação acima descrita.

Também, observa-se que o objeto do Projeto em tela, esclarece em sua justificativa que servirá como recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de superávit financeiro apurado na Fonte 250 – Diretamente Arrecadados, no exercício de 2012.

Denota-se ainda, que a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere os preceitos da Lei Complementar Federal nº 101/00.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



Oportuno observar, que a Carta Magna Federal, em seu art. 24, inciso II, assegura a competência concorrente aos Estados na questão orçamentária.

Vale ressaltar que a matéria está em consonância com os dispositivos constantes dos arts. 40, 41 inciso II, 43 e 46 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 133 e 134, ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

CONCLUSÃO


Por todo o exposto, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa, da matéria proposta nesta Casa Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

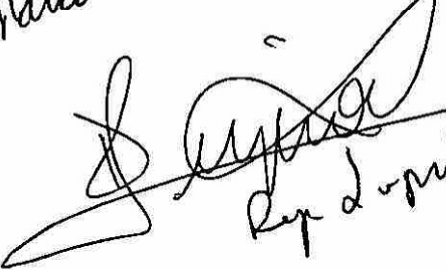
Sala das Comissões,

11/11/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO WILSON QUINTEIRO
RELATOR


Dep. Paulo


Dep. Lúcio


Dep. Emanoel



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 569/13
Autoria: - Poder Executivo

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei acima epigrafado foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 148/2013, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta *“autorizar a abertura de crédito adicionais no valor de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), ao vigente orçamento do Instituto Ambiental do Paraná – IAP, vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, com abertura do Grupo de Natureza de Despesa – Inversões Financeiras – na dotação orçamentária 6931.18541144.283 – Infraestrutura das Unidades de Conservação, aprovada pela Lei nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012.*

Os créditos adicionais a serem abertos em decorrência desta autorização serão utilizados para atender despesas com desapropriação de terreno para implantação do Parque Estadual Vitério Piassa no Município de Pato Branco.

Os recursos para cobertura da referida programação são provenientes de superávit financeiro apurado na Fonte 250 – Diretamente Arrecadados, no exercício de 2012.

II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, sendo que seus relatores exararam pareceres favoráveis pela constitucionalidade e legalidade.

A autorização legislativa para a abertura de crédito adicional especial ora proposta encontra-se embasada no inciso V, do artigo 135 da Constituição Estadual que diz:

“Art. 135 São vedados:

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.”

Assim como o Art. 43 da Lei 4.320/64 determina que para esses casos haja *existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.*



Condições estas devidamente comprovadas no processo em comento, notadamente nos anexos I e II.

III — CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epigrafe, conforme preceitua o artigo 33-C do Regimento Interno, nosso parecer é favorável, uma vez comprovados os requisitos constitucionais e legais, à abertura do crédito solicitado.

É o parecer.

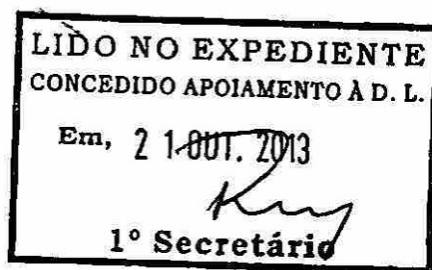
Sala de Reunião das Comissões, em 12 de novembro de 2013.

DEP. NEREU MOURA
Presidente

DEP. Relator

João Guilherme
Elcio Resch.

Pastor Edson
ENIO VIKARI



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

OF/CTL/SEEG nº 284 /2013.

Curitiba, 15 de outubro de 2013.

VETO Nº 23/2013

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 16/10/13

Senhor Presidente,

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 208/2013-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 203/2011, por considerá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo dar nova redação ao art. 6º da Lei nº 8.246, de 13 de janeiro de 1986, que autorizou o Poder Executivo a conceder pensão aos portadores de hanseníase definitivamente incapacitados. Caso o Projeto de Lei em exame fosse sancionado, o referido dispositivo passaria a ter a seguinte redação:

“Art. 6º A pensão será cancelada quando o beneficiário:

I – mudar seu domicílio para outro Estado;

II – deixar de comparecer ao Serviço de Dermatologia para controle de tratamento durante doze meses, conforme Normas de Controle da Divisão Nacional de Dermatologia Sanitária do Ministério da Saúde;

III – quando receber alta clínica, salvo se persistir a incapacidade laborativa e/ou idade avançada.

Parágrafo único. Quando o pensionista for asilado definitivamente em nosocômio oficial, o benefício será reduzido a um terço do valor.”

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.nº 12.180.626-6



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

O Projeto de Lei em mesa possui vício de natureza formal, uma vez que a iniciativa de projetos de lei que importem em obrigação, ainda que por via oblíqua, para órgãos da Administração Pública, neste caso, a Secretaria de Estado da Fazenda, gestora dos recursos do Tesouro Estadual, está franqueada apenas à Chefia do Executivo Estadual, nos termos do art. 66, inciso IV, da Constituição Estadual.

Também apresenta inconstitucionalidade material, pois, a nosso sentir, o Projeto de Lei é contrário ao interesse público, além de incorrer em impropriedades de natureza orçamentária e financeira.

Como gizado, as inconstitucionalidades detectadas na proposta legislativa são:

- a) por ser contrária ao interesse público; e
- b) por ferir o orçamento e às finanças do Estado.

A Secretaria de Estado da Administração e Previdência, por seu turno, através de sua Diretoria de Recursos Humanos, recomendou que houvesse a manutenção da vedação de acumulação de benefícios, *verbis*:

"(...) manutenção do previsto no inciso II do art. 6º da Lei 8246/86, que estabelece o cancelamento da pensão quando o beneficiário for amparado pela Previdência Social, a fim de se evitar a duplicidade de benefícios."

Sob o aspecto orçamentário e financeiro, diz a Constituição da República, no artigo 167 o seguinte:

"Art. 167. São vedados:

(...)

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais; (g.n.)

(...)

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa; (g.n.)

(...)"

O acréscimo da despesa atualmente existente não foi previsto nem na Lei de Diretrizes Orçamentárias, nem na Lei Orçamentária, ao que se infere da justificativa apresentada ao Projeto de Lei.

Sobre o tema referente a geração de despesa, diz a Lei de Responsabilidade Fiscal que:

"Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.(g.n.)

§ 2º As disposições desta Lei Complementar obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. (g.n.)
(...)

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17. (g.n.)

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes; (g.n.)

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.(g.n.)

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:
(...)

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.
(...)"

A leitura da justificativa apresentada ao Projeto de Lei revela que sequer houve estudo de impacto orçamentário e financeiro, no exercício que entrar em vigor e nos dois subsequentes, de modo a possibilitar – *com regularidade* – a implementação dos comandos da novel proposta legal, sem qualquer ofensa às atuais programações de despesas.

Também não há qualquer informação na justificativa ao Projeto de Lei a respeito da previsão do acréscimo de despesa (p. ex.; novas concessões de benefício e possibilidade de acumulação do benefício eventualmente concedido pelo INSS, o que na atualidade é vedado) tanto no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes ou mesmo na Lei Orçamentária em vigor e na do exercício de 2014.

Portanto, assumir uma obrigação indenizatória, sem a correspondente indicação da fonte de custeio, torna, a nosso sentir, o Projeto de Lei inconstitucional.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Ademais, pelo fato de não ter sido prevista uma "*vacatio legis*" para o cumprimento da proposta legislativa, há a possibilidade de que seja exigido pelos atuais e futuros beneficiários o imediato o cumprimento da lei, o que poderá inviabilizar, ainda que por via indireta, e assim que for publicada a lei, caso sancionada, diversas ações do Executivo Estadual futuras e mesmo em andamento, ações essas previamente planejadas e previstas, de forma adequada, no Plano Plurianual - PPA, LDO e na LOA de 2013/2014, dada a necessidade de remanejamento de verbas orçamentárias para dar cumprimento às disposições do Projeto de Lei.

Assim, face os prejuízos que poderá trazer à coletividade, uma vez que o incremento não foi previsto na Lei Orçamentária de 2013 e 2014, nem na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ao que se infere da justificativa apresentada, tem-se como não possível, neste momento, a evolução do benefício financeiro concedido a, pelo menos, 2.076 (dois mil e setenta e seis) beneficiários.

Esses são os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa augusta Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



CASA CIVIL
N.J.A.
FLS. 03
RUB.

Projeto de Lei nº 203/2011

(Autoria dos Deputados Alexandre Curi, Gilberto Ribeiro e Tadeu Veneri)

Altera o art. 6º da Lei nº 8.246, de 13 de janeiro de 1986.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o art. 6º da Lei nº 8.246, de 13 de janeiro de 1986, que autorizou o Poder Executivo a conceder pensão aos portadores de hanseníase definitivamente incapacitados, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º A pensão será cancelada quando o beneficiário:

I – mudar seu domicílio para outro Estado;

II – deixar de comparecer ao Serviço de Dermatologia para controle de tratamento durante doze meses, conforme Normas de Controle da Divisão Nacional de Dermatologia Sanitária do Ministério da Saúde;

III – quando receber alta clínica, salvo se persistir a incapacidade laborativa e/ou idade avançada.

Parágrafo único. Quando o pensionista for asilado definitivamente em nosocômio oficial, o benefício será reduzido a um terço do valor.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 18 de setembro de 2013.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado ADEMIR BIER
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 23/2013

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 23/2013

AUTOR: PODER EXECUTIVO

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 203/2011, de autoria dos Deputados Alexandre Curi, Gilberto Ribeiro e Tadeu Veneri, que altera o artigo 6º da Lei nº 8.246, de 13 de janeiro de 1986.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CF. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 203/2011, de autoria dos Deputados Alexandre Curi, Gilberto Ribeiro e Tadeu Veneri, que altera o Artigo 6º da Lei nº 8.246, de 13 de janeiro de 1986, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado, pelo uso das atribuições previstas no artigo 71, §1º da Constituição Federal Brasileira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei Inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 203/2011 foi enviado à sanção e recebido pelo Poder Executivo em data de **25 de Setembro de 2013**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 23/2013, foi exarada em data de **15 de Outubro de 2013**, sendo desta maneira tempestivo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 29 de Outubro de 2013.

Imprudente
Dep. Antônio
Wagner
Dep. Terno

[Signature]
DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

[Signature]
DEP. TERCIO TURINI
RELATOR

[Signature]
Dep. Scaroni

[Signature]
Dep. Luciano

[Signature]
Dep. Rodem

[Signature]
Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO
29/10/13 *[Signature]*